



Governo do Distrito Federal
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

ATA - IPREV/CIAR

ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL, INSTITUÍDO PELA PORTARIA IPREV-DF Nº 72/2023

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às 10 horas e 20 minutos, realizou-se a Centésima Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CIAR/Iprev-DF, instituído pela Portaria Iprev-DF nº 72/2023, com a seguinte ordem do dia: **I - Conjuntura Econômica (novembro/2023); II - Relatório Mensal de Investimentos (outubro/2023); III - Estratégia de Investimentos (dezembro/2023); IV - Informes Gerais.** Participaram da reunião: Raquel Galvão Rodrigues da Silva, Diretora-Presidente do Iprev-DF e Coordenadora do CIAR; Paulo Henrique de Sousa Ferreira, Diretor de Previdência do Iprev-DF; Thiago Mendes Rodrigues, Diretor de Investimentos do Iprev-DF; Marco Antônio Lima Lincoln, representante da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal; Fabrício de Oliveira Barros, representante da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e Amim Macedo Queiroz, representante da Casa Civil do Distrito Federal. Participou ainda a srta. Marina Gomes da Silva Nunes, Assessora Especial da Assessoria Especial da Presidência; e Anny de Oliveira, Secretária Executiva dos Conselhos, para auxiliarem no assessoramento da reunião, como também Renato Rezende, chefe da Divisão de Controle e Risco da Diretoria de Investimentos. Foi verificada a existência de quórum, assim, a Coordenadora do Comitê, Raquel Galvão iniciou a reunião. Primeiramente, o Diretor Thiago Rodrigues iniciou a apresentação do **Item I - Conjuntura Econômica (novembro/2023).** Quanto ao cenário americano, comentou que a inflação apresenta queda com o percentual de 3,2% a.a, disse que a taxa de desemprego permanece alta (3,9%), o que fez com que a taxa de juros se consolidasse em 5.1%. Trouxe, por gráfico, a evolução dos Títulos Públicos Americanos com 5,05% e a relação entre DXY e SP500 com 4.166,8 pontos. No que diz respeito ao cenário doméstico no Brasil, temos a inflação mensal em 0,24%, e em 12 meses em 4,82%. Apresentou gráfico extraído do *sítio* do Banco Central, mostrando o panorama econômico de expectativa com a inflação em 4,82% em 12 meses e a taxa SELIC que fechou com 12,25%. Mostrou gráfico sobre a curva de juros no cenário doméstico. Ainda sobre o cenário doméstico, apresentou o índice Bovespa – Ibovespa fechando com 113.143 mil pontos e comentou sobre o fechamento do dólar em R\$ 5,09, dados de outubro. **II - Relatório Mensal de Investimentos (outubro/2023).** Abordou que o Fundo Solidário Garantidor - FSG teve rentabilidade acumulada de R\$ 260.571.504,51, e rentabilidade negativa em outubro de R\$ 22.258.599,46. Com a palavra, membro Amim Queiroz indagou sobre a possibilidade inserção de coluna com as informações do trimestre no gráfico, em resposta foi informado que é feito em outros meses. Em seguida, o membro Marco Lincoln comentou que observou nos relatórios, as rentabilidades mensais, e observou que nos Títulos Públicos depois de uma sequência positiva até julho, em agosto tivemos rendimento de R\$ 52 mi negativo; em setembro, R\$ 35 mi negativo; e R\$ 15 mi negativos em outubro. A queda na rentabilidade se deve às realocações ou as estratégias para Títulos Públicos, encurtando o prazo. O Diretor Thiago Rodrigues respondeu que não, que são taxas mais altas mesmo. Comentou ainda que temos exposição de Títulos a longo prazo (2050 – 2060) e que todo mês se pede autorização para realocar os Títulos nas taxas de juros mais curta, disse que eventualmente não se faz isso pois a taxa de juros não está cedendo como esperado. Esclareceu que o cupom é pago à taxa de juros fixa, sendo aplicado na carteira de forma geral. O Diretor Thiago Rodrigues exibiu *slide* com os Gestores e os Administradores, como também com os Distribuidores e Custodiantes, sem grandes alterações. O Membro Amim Queiroz perguntou sobre as ações do BRB, o Diretor Thiago Rodrigues respondeu com detalhes. Em seguida, o membro Amim Queiroz indagou sobre plano sobre o tema, foram respondidas sobre as providências tomadas pelo Iprev-DF e o

membro Fabrício Barros questionou sobre a participação do Iprev-DF no capital do Banco de Brasília, foi respondido que 16,52% no total e 22% nas ordinárias. Com base nos limites definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021, por seguimento a carteira apresentou: 85,75% em Renda Fixa; 8,19% em Renda Variável; 3,13% em Investimento no Exterior; 1,99% em estruturados; 0,93% em investimento imobiliário; 0% em Consignado. Após, comentou sobre a composição atual da carteira do FSG por *benchmark*, com redução de Títulos Públicos com 32,67%; redução em CDI com 13,13%; redução no IDKA-IPCA 2 A com 9,61%; aumento no IRF-M1 com 13,92%; aumento no FIE com 1,96%; aumento em Multimercados com 2,00%. Observou que a liquidez apresentou 51,50% muito alta e 42,81% alta, bem como abordou sobre o *Value at risk* – Var. Demonstrou as operações de gestão de investimentos realizadas no mês de outubro no Fundo Solidário Garantidor, em cumprimento às decisões do CIAR anteriores, comentando sobre o mandato e o que foi executado, bem como demonstrou as operações realizadas com o Fundo, Resgate, Aplicação e Benchmark, com a Operação 1 mostrando resgate do Fundo de Investimentos PLURAL AÇÕES FIC AÇÕES de R\$ 20.000.000,00 em IBOV com aplicação de R\$ 5.000.000,00 em IRF-M1 do Fundo de Investimento SANTANDER IRF-M 1 PREMIUM FO RENDA FIXA e aplicação de R\$ 15.000.000,00 em IRF-M1 no Fundo de Investimento ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA. Após, passou à análise da Carteira do Fundo Capitalizado - FC, disse que a rentabilidade em outubro foi de R\$ 685.131,52. Com o acumulado no ano de R\$45.990.835,34. O Membro Fabrício Barros questionou se não compram o IDIV, se compram fundo benchmark, o Diretor confirmou que sim. Após, o membro Fabrício Barros perguntou se não é em ETF, foi respondido que não. Em seguida, o membro Fabrício Barros indagou se compram uma parte dos fundos na curva, foi respondido que FSG é a mercado e FC na curva. Foi comentado sobre as metas atuariais e sobre a diferença da meta do FSG e do FC. O Membro Fabrício Barros comentou que em tese seria ideal que todo ano no FSG se pudesse tirar alguma coisa dele, falou que é um fundo que a qualquer momento poderia haver uma decisão de utilização mais incisiva. A Diretora Raquel Galvão ressaltou que por ser um fundo de solvência, existe a necessidade de buscar novas receitas para aprimoramento do fundo. O membro Fabrício Barros disse que já comentou anteriormente e reforça que o FSG deveria ter liquidez altíssima, com risco baixíssimo e seria melhor se colocasse todo em SELIC. Após, os membros teceram comentários sobre os repasses, receitas não tributárias, a realidade do cenário sobre a execução das alíneas dispostas em Lei e Decisão do TCDF sobre a matéria. Em seguida, por meio de *slides*, o Diretor Thiago apresentou os Gestores e os Administradores dos Fundos de Investimento, como também os Distribuidores e Custodiantes. Foi perguntado pelo membro Fabrício Barros se a compra dos títulos é pelo Tesouro Direto, o Diretor Thiago Rodrigues comentou que é mais complexo um pouco e explicou sobre a matéria. Abordou que segundo a Resolução CMN nº 4.963/2021, a análise por segmento encontra-se dentro dos limites estipulados quais sejam: 91,73% em Renda Fixa; 6,16% em Renda Variável; 2,10% em Investimento no Exterior; 0% em estruturados; 0% em Investimento Imobiliário; 0% em Consignado. Exprimiu que a composição atual da carteira do FC possui aumento de exposição em Título Público (39,60%), redução de exposição em IRF-M1 (16,37%), redução no IMA-B5 (17,12%), redução em CDI (2,55%), dentre outros. Mostrou a liquidez muito alta com 52,12% e alta com 47,08%, apresentou o *Var - Value-at-risk*. Demonstrou as operações de gestão de investimentos realizadas no mês de outubro no Fundo Capitalizado, em cumprimento às decisões do CIAR anteriores, quais sejam: Operação 1 foi realizado o resgate do BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP, de R\$ 27.940.000,00 em CDI; resgate do Fundo de Investimento BB PERFIL FIC RF DI PREVIDENCIÁRIO LP R\$ 697.000,00 em CDI; resgate do Fundo de Investimento BB FLUXO RF REF DI PREV LP R\$ 156.059,58 em CDI com aplicação de R\$ 28.793.059,58 em TPF do Fundo de Investimento Compra de 6.900 títulos. Na Operação 02 foi realizado o resgate de R\$ 19.850.000,00 em CDI do Fundo de Investimento ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI com aplicação do valor em TPF com a compra de 4.600 títulos. Comentou que no Fundo Solidário Garantidor se teve o acumulado de 7,10%, com meta de 4,65%. Com a palavra, o Membro Amim Queiroz indagou se a meta teria sido subestimada, questionando se a tendência seria ser mais conservador. O Diretor Thiago respondeu que segundo as nuances do FSG, a tendência é ser mais conservador e que tudo depende do comando inserido na Política de Investimentos. Em seguida, o Diretor comentou sobre questionamento do CONFIS sobre a estratégia de eventuais perdas para os fundos Growth e Brands. O Membro Marco Antônio perguntou se ficamos acima ou abaixo da média, o Diretor Thiago Rodrigues falou que temos ficado acima da média no FC, mas no FSG ficamos abaixo. A Diretora Raquel Galvão questionou a retirada, na apresentação, da meta da revisão atuarial do FC, o Diretor informou que sim pois não consta na Política de Investimentos – PI e que poderia inserir desde que alterasse a Política. A Diretora Raquel Galvão destacou a necessidade de se ter melhor controle em relação ao que foi

recomendado pelos atuários e técnicos do Ministério da Previdência Social, na ocasião em que se verificou possível apuração de déficit no fundo. O Diretor Thiago Rodrigues explicou aos demais sobre a métrica atuarial para o FC e a taxa de juros parâmetro que no último ano estava em aproximadamente 4,39%, mas foi aprovado na PI, o IPCA + 2,92% e esse “gap” foi questionado. O Membro Fabrício Barros expressou que achava que o Iprev-DF tinha até sido penalizado. A Diretora Raquel Galvão esclareceu a questão do encaminhamento de notificação ao Iprev e governo, sobre o estabelecimento de meta abaixo do que era exigido pela norma na Previdência, o que conseqüentemente implicou na realização dos métodos utilizados e as inconsistências verificadas na base de dados. O Diretor Thiago comentou que a meta não está explícita na PI mas está implícita, e que a atualização está prevista. A Diretora Raquel Galvão enfatizou que estão adotadas todas as providências para evitar inconsistência e assim obstar possíveis notificação do Ministério Previdência Social. O Diretor Thiago Rodrigues comentou sobre o CADPREV e a não diferenciação do montante de recurso. Após, abordou que no Fundo Capitalizado com acumulado de 8,64% e meta 6,25%; no Fundo Financeiro tivemos rentabilidade nominal, em setembro, de R\$ 4.583.093,80, e no acumulado de R\$ 29.511.352,04, e no Fundo Administrativo, em setembro, de R\$ 20.784,18, e no acumulado de R\$ 192.209,58. Por fim, apresentou tabela com o segmento, artigo, tipo de ativo, limite da resolução, limites da Política de Investimentos, posição atual da carteira em R\$ e posição atual da carteira em % (percentual), comentando que o Iprev-DF está cumprindo todos os percentuais. O Diretor Thiago Rodrigues informou sobre a solicitação do CONAD para que se fosse emitido alerta nas reuniões do Conselho para quando se atingisse 50% do limite na modalidade na Política de Investimento. O Membro Marco Antônio falou que na linha “Fundos em Participação FIP” o limite é 5% segundo o quadro apresentado, perguntou em quanto está atualmente. Foi informado que em 0,87% e teceram comentários sobre os limites e percentual. Dando seguimento à apresentação, passou-se ao item **III - Estratégias de Investimentos (dezembro/2023)**. Neste item, foram apresentadas as seguintes propostas pelo Diretor Thiago: **Fundo Solidário Garantidor** - considerando a característica do fundo, foi sugerido 1) Desconcentração de CDI para Alocação Dinâmica: realocação de R\$ 50 mi (1,26%); 2) Subscrição dos Pátria Infraestrutura V Advisory FIP Multiestratégia (R\$ 110 milhões) e BTG Pactual Infraestrutura III Feeder FIP Multiestratégia (R\$ 30 milhões), o Diretor Thiago Rodrigues explicou sobre a reunião com o Pátria em que os membros do CIAR foram convidados, mas infelizmente ninguém pode participar, porém o material foi enviado aos membros. Explicou que o FIP é um Fundo de Investimento em Participações que a partir da subscrição é um compromisso que o investidor faz com o gestor e o administrador ao longo do período de investimento o fundo faz chamadas de capital e o Instituto atende essas chamadas de acordo com o percentual subscrito. Falou que normalmente as chamadas de capital não passam de 90% e possuem um período de investimento de 5 anos e de desinvestimento de 10 anos. Comentou que o FIP é uma oportunidade de diversificação, com janelas que estavam abertas ainda (Pátria está aberta até dia 15 de dezembro e do BTG reabriu em dezembro). Falou que nos relatórios apresentam três FIPs, com dois com retornos acima da média. Informou que a expectativa é que essas chamadas de capital ocorram nos próximos 5 anos. Assim, apesar de propormos agora disse que é algo que acontecerá paulatinamente a partir do ano que vem em diante e com possibilidade de alto retorno. A Diretora Raquel Galvão questionou se os valores já seriam de imediato aportados imediatos. O senhor Renato Rezende informou que a deliberação seria para indicação dos valores para subscrição, trata-se de um protocolo de intenção de participação. O Diretor Thiago Rodrigues comentou que será ao longo dos próximos 5 anos, enquanto estamos dispostos para em somatório nominal, poder atender a chamada de capital, comentando que se estima que no máximo sairá 90% do valor apresentado. Após, abordou que a decisão de subscrição precisa ser tomada no prazo que atenda o regulamento do fundo. Falou que o FIP do Pátria é estimado em R\$ 15 bi, para RPPS abrirem R\$ 500 mi, por ordem de subscrição. Falou que o fundo BTG está estimado em R\$ 2,5 bi, podendo entrar com valor aberto. Disse que como são fundos de tamanho diferentes, não compensaria subscrever a mesma quantidade de recurso no mesmo fundo, pois estaria expondo de forma desproporcional os recursos. Em seguida, comentou sobre solicitação interna para edital de chamamento para outras oportunidades de FIPs para o ano que vem, se der certo para trabalhar a estratégia de diversificação. A Diretora Raquel Galvão a perguntou se par o Iprev subscrever, o FIP teria que estar previamente credenciado. Em resposta do Diretor Thiago Rodrigues informou que o credenciamento é bem rápido e que os fundos faltariam credenciar. O Membro Marco Antônio perguntou se o BTG e o Pátria já estavam credenciados, sendo informado que o administrador do Pátria, sim, e que faltariam os fundos. O Diretor Thiago Rodrigues informou que a janela dos fundos é muito curta, comentou que essa é a proposta e, que no fundo da BTG o retorno livre de custos e de tributos, tem por

meta IPCA + 15% ao ano e Pátria, IPCA + 21%. O Membro Marco Antônio expressou se esses dois fundos na classificação que temos de renda variável, renda fixa, risco alto, risco médio, risco baixo, perguntou como o Diretor classificaria os fundos. O Diretor Thiago respondeu que os dois fundos citados são de renda variável e de risco moderado para baixo. O Membro Fabrício Barros indagou se eles vão investir em ações de empresas de títulos de seguro ou são debêntures; o membro Amim Queiroz complementou questionando sobre a composição da carteira no fundo. Em resposta, o Diretor Thiago Rodrigues comentou sobre a composição prevista do Pátria 5% e do BTG 3%, comentando que os fundos aproveitam carteiras que deram certo e que continuam investindo em ativos de ações, debêntures e ativos de infraestrutura (saneamento, mobilidade, energia renovável, dentre outros), comentou que possui dois prospectos disponíveis no processo no CIAR. Falou que o Pátria possui abertura maior para capital estrangeiro, e o BTG visará ativos em que o governo seja o principal cliente. Após, o Diretor Thiago Rodrigues ponderou que o fundo do Pátria é maior e mais maduro pois já traz uma carteira ampla anterior de investimentos e segue na mesma linha, disse que o fundo do BTG é menos arrojado, mas que permite uma diversificação maior no mesmo segmento. Membro Marco Antônio perguntou a distribuição de R\$ 30 mi e R\$ 110 mi foi feita como proporção do patrimônio líquido. O Diretor Thiago Rodrigues confirmou. A Diretora Raquel Galvão perguntou se algum RPPS já subscrevera, o Diretor Thiago Rodrigues informou que sim, disse que se estima que o Pátria alcançará até 20 RPPS. O Membro Marco Antônio perguntou se o FC possui alguma aplicação em FIP, foi respondido que não. Em seguida, o membro Marco Antônio comentou que os dois fundos, são fundos fechados e que abordou sobre a liquidez deles, questionando se no FSG, diante da perspectiva de liquidez que devemos ter, a aplicação de recurso não fugiria do perfil. O Membro Marco Antônio disse que para ele estava parecendo estranho. Em resposta o Diretor Thiago Rodrigues falou que é um limite muito residual em comparação ao FSG como um todo, falou que não se tem perspectiva de insolvência a curto e médio prazo, abordando sobre as formas para cobrir essa característica de liquidez. Falou que é uma estratégia de diversificação buscando a oportunidade de rendimento daqui a 4 ou 5 anos. Após, falou sobre a amortização. A Diretora Raquel Galvão salientou que, por questão de ordem, como se trata de demanda que envolve um significativo valor, vinculada ao FSG e ao FC, e tendo em vista a especificidade da discussão, a Diretoria propôs, que mesmo em se tratando de subscrição de valores, a deliberação deve ser levada ao CONAD para apreciação. Em seguida, o membro Marco Antônio expressou que os montantes o assustam um pouco e que existe a questão do perfil do FSG, conforme o membro Fabrício Barros falou, ressaltando que o FSG é um fundo líquido e daí vai ampliar e avançar enquanto no outro (FC) que é um fundo jovem com uma perspectiva mais longa foi esquecido nessas oportunidades de investimento. Após, o Diretor Thiago Rodrigues comentou que o CIAR não precisa da autorização do CONAD, mas que se pode andar junto para conhecimento. Em seguida, a Diretora Raquel Galvão esclareceu que se trata de uma questão de segurança, a se propor o encaminhamento para o CONAD apreciar, tendo em vista as recorrentes ponderações do Conselho e o montante de valores envolvidos, a Diretora disse que ao decidir subscrever, estaremos estabelecendo um compromisso de R\$ 140 mi, mesmo que não se vá fazer o aporte, existe o compromisso, e conforme estabelece a Lei, está nas competências do CONAD, ele deve ser cientificado. A Diretora Raquel Galvão destacou que esse ponto em especial poderia ser submetido para apreciação do CONAD, para assim validar qualquer decisão tomada pelo CIAR. O Membro Marco Antônio comentou que não só em razão dos montantes investidos, mas também das características do FSG e do FC. O Diretor Thiago Rodrigues falou que sobre a questão do FSG e do FC, pois se tem a previsão de alçadas. Relembrou que a Portaria 72/2023 do CIAR prevê a portaria de alçadas e que não foi instruída ainda, mas que auxiliará na questão de valores pois o FSG é sempre maior pois o fundo é muito grande. Disse que pro FC foi sugerido não comprometer recursos, pois a renda fixa atende ao alcance da meta. Mas disse que poderia dividir os montantes entre o FC e o FSG. Abordou que o FC não possui risco de reinvestimento, mas que no FSG possui riscos inerentes a ele por causa de diretrizes próprias e da questão de solvência. Após, o membro Fabrício Barros pediu para explicar o que seria a alocação dinâmica (“CDI para alocação Dinâmica”). Em resposta, o Diretor Thiago Rodrigues comunicou a alocação dinâmica busca ganhos a partir de movimentos de mercado. O Membro Fabrício Barros perguntou se na proposta apresentada iria vender títulos em CDI, o Diretor Thiago falou que desfaz a posição em CDI à alocação dinâmica, em seguida expressou em linhas gerais as diferenças de alocação. Após, o membro Fabrício Barros disse que na estratégia apresentada do FSG, os itens 3 e 4 fazem muito sentido, mas que no item 1 está com dúvida e que o item 2 está na contramão de tudo que vem sendo conversado nas reuniões, conforme o Membro Marco Antônio falou. O sr. Renato Rezende falou que a alocação dinâmica é um tipo de Benchmark. O

Diretor Thiago Rodrigues comentou que em tese a alocação dinâmica possui rendimento maior que o CDI, mas que cobram uma taxa maior. Em seguida, o membro Marco Antônio falou que desde o início do ano, a alocação dinâmica no FSG rendeu sempre bem, já no FC nos últimos dois meses se teve rentabilidade negativa. Em seguida, o Diretor Thiago Rodrigues falou que o FSG é um fundo em que estamos buscando a liquidez nele, com a redução de exposição aos efeitos da taxa de juros, especialmente nos Títulos Públicos; falou sobre a oportunidade de encurtamento na carteira e que a questão de liquidez da carteira decorre dos cupons do que das movimentações em si; disse que o FSG na sua maior parte é líquido; expressou que a questão do FIP entra um pouco na diversificação, disse que a subscrição implica o compromisso de que terá investimento menos líquido nos próximos 5 anos, mas com a perspectiva de retorno de liquidez a médio prazo, o que compensará. Abordou que apresentou o tema no momento pela janela de oportunidade é dia 15 de dez. 2023, falando que existem outros RPPS que já estão avançados nessa matéria. O Membro Marco Antônio indagou se esses outros RPPS estão empolgados, se será que eles não estão na situação de um Fundo Capitalizado. Acrescentou que achou oportuna a sugestão da Diretora Raquel Galvão do tema ser apreciado pelo CONAD. O Membro Paulo Henrique disse que tem recurso novo, perguntou se a ideia seria tirar de onde. O Diretor Thiago informou que ou do CDI ou dos cupons, quando entrarem e dependendo do momento e do local que vale a pena sair. O Membro Fabrício Barros falou que se fosse pra fazer o investimento em R\$ 2 bi, talvez tirar de itens de maior volatilidade, a exemplo o IBOVESA. O Thiago Rodrigues comentou que no momento da chamada de capital dá pra identificar qual será a melhor estratégia e retirar dos ativos de maior risco, maior volatilidade. O Membro Paulo Henrique comentou se essa estratégia de retirar dos Títulos Públicos, se o resgate dos valores seria de forma antecipada. O Diretor Thiago comentou que se compensar retirar de Títulos Públicos, sim. Após, a Diretora Raquel Galvão comentou que segundo a estratégia do FSG apresentada nos itens 1, 3 e 4 não observa problema para já aprovar com total tranquilidade, agora quanto o item 2, expressou que diante da característica e importância da proposta, entende que o CONAD iria querer participar dessa decisão. O Membro Amim Queiroz questionou se não poderia ocorrer revisão dos valores. O Diretor Thiago Rodrigues informou que é possível revisar os valores e que também poderia dividir entre FSG e FC. O Membro Fabrício Barros perguntou se caso aceitar o item 2 do FSG, se ao longo de 5 anos seria possível reduzir o risco da carteira em outros benchmarks; falou que isso, em conjunto com outras estratégias, poderia ser uma opção. O Diretor Thiago Rodrigues abordou que a expectativa é essa, ressaltou que uma das dificuldades do FSG é a volatilidade dos Títulos Públicos. Comentou que em termos de oportunidade de investimentos se tem a questão dos dois FIPs apresentados na estratégia, falou que os itens 1, 3 e 4 é o padrão dos últimos meses e que a questão da subscrição apresentaria ao CONAD, mas que acha interessante com a posição do CIAR. A Diretora Raquel Galvão sugeriu a possibilidade de retirada e colocar no Fundo Capitalizado, como uma revisão dos valores propostos pela DIRIN. O Diretor Thiago Rodrigues fez a sugestão de subscrever no FC R\$ 25 mi, por diferença de porte de fundos. O Membro Fabrício Barros disse que se colocar R\$ 25 mi do FC e R\$ 115 mi no FSG, se essa subscrição for combinada com uma estratégia de contínua redução do mais volátil ao longo das próximas reuniões de forma que o FSG fique cada vez mais líquido. Imediatamente, o Diretor Thiago Rodrigues reforçou que o FSG é atualmente o desafio de gestão, expressando que é um acerto reduzir a exposição e que busca dar liquidez ao FSG mantendo a aplicação em renda fixa, citou a Política de Investimentos e o interesse de diminuir a volatilidade, em especial, dos Títulos Públicos. Em seguida, propôs a subscrição de R\$ 25 mi do FC no Pátria, média estimada de aporte de R\$ 5 mi por ano e a subscrição de R\$ 85 mi do Pátria no FSG e R\$ 30 mi no BTG Pactual. Após, falou que se quisessem retirar R\$ 5 mi do FSG no BTG e subscrever no FC, espelharia de forma melhor. O Membro Paulo Henrique questionou sobre os valores, informaram que ficaria no total R\$ 110 mi no FSG e R\$ 30 mi no FC. O Membro Fabrício Barros disse que assim aproveita a oportunidade, mas não tira a visão de que realmente o apresentado anda um pouco na contramão do que já foi falado em reuniões anteriores e que a visão é convergente no caso específico. O Membro Amim Queiroz comentou que deve ir pro CONAD do mesmo jeito. O Diretor Thiago disse que alteraria a apresentação devido às mudanças dos valores, mas que apresentaria sim ao CONAD para conhecimento. A Diretora Raquel Galvão falou que deveria ficar registrado em Ata que se teve **modificação dos valores no FSG e inclusão de valores na estratégia do FC, transferindo parte da subscrição do Pátria e do BTG Pactual para o Fundo Capitalizado. Assim, o FSG ficará com o valor de R\$ 85 mi no Pátria e R\$ 25 mi no BTG, já no FC ficará com a estratégia de subscrição de R\$ 25 mi no Pátria e R\$ 5 mi no BTG. A Diretora Raquel Galvão acrescentou ainda que, o item de subscrição será submetido para apreciação do CONAD.** O Membro Amim Queiroz questionou se para deliberação do CONAD, em resposta o Diretor de

Investimentos comentou que estava em dúvida se o CONAD deliberava ou só apreciava. A Diretora Raquel Galvão destacou a necessidade da deliberação do CONAD devido a possibilidade do compromisso de patrimônio. O Membro Marco Antônio comentou que se o CONAD está em sinal de alerta, não terão dificuldade em bater o martelo na matéria, se for o caso. O Diretor Thiago Rodrigues comentou que apesar de não alocar recursos agora, já considera o limite. Em seguida, a Diretora Raquel Galvão observou que a matéria não precisará ser encaminhada de novo, pois após o credenciamento o aporte ocorrerá de forma gradativa durante alguns meses e estará homologado pelo colegiado. Após, o Diretor Thiago Rodrigues abordou sobre o edital de chamamento, que está usando o procedimental do primeiro para conseguir dar tranquilidade para dar seguimento aos próximos, citando questões de governança, lei das licitações, formatação e envolvimento das áreas do Iprev-DF ao longo do processo de edital de chamamento. O Membro Fabrício Barros expressou que entende o ponto de vista de investimento, mas disse que é questão de segurança do fundo casado com a outra estratégia. Após, abordaram por alto os processos que abordam os imóveis. Em seguida, o Diretor Thiago Rodrigues apresentou a proposta da estratégia para o **Fundo Capitalizado** - sugeriu-se 1) Desconcentração de CDI para IDKA-IPCA 2A/IMA-B 5: realocação de R\$ 30 mi (4,03%); 2) Realocação de CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2035: realocação de R\$ 50 mi (6,72%). O Membro Fabrício Barros perguntou se o ALM passar de 2050 para 2040, como ficaria os Títulos Públicos, em resposta o Diretor Thiago Rodrigues informou que teria que fazer um esforço de alocação. O Membro Marco Antônio questionou em que período se faz essa leitura, foi respondido pelo Diretor de Investimentos que de forma anual. Após, comentaram que o FC está pagando atualmente oito pensões. Em seguida, os membros teceram comentários sobre a matéria, abordando o estudo atuarial, superávit, possíveis estratégias e afins. Por fim, tenha-se presente que o Diretor de Investimentos abordou ainda sobre o Processo SEI GDF nº 00413-00005174/2023-66 acerca do relatório de outubro/2023. **Deliberação dos membros do Comitê:** O Diretor Thiago Rodrigues, ressaltou os ajustes realizados no FSG e no FC, comentou sobre questão de submeter a matéria ao CONAD devido o valor contemplado tendo em vista o próprio pedido do CONAD de possível extrapolação de 50% e indaga se a estratégia está aprovada para os fundos, com os encaminhamentos expostos anteriormente. Após o Diretor Thiago Rodrigues informou que quando for o momento da alocação da subscrição será necessário fazer debate de onde serão retirados os recursos. A Diretora Raquel Galvão ressaltou a questão que o membro Fabrício Barros comentou sobre a estratégia focar nos mais voláteis de acordo com o momento em que for realizar a alocação. **VI - Informes Gerais.** Em seguida, o Diretor Thiago Rodrigues sugeriu sobre alterar o formato da Ata do CIAR, comentou sobre o formato de Ata apresentada no Comitê de Gestão e Governança - CIG, de forma a ficar mais segmentada. A Raquel Galvão abordou sobre a sugestão do modelo apresentado. O Diretor de Investimentos comentou que seria uma forma de facilitação de instrução de Ata. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às 12 horas e 40 minutos. Eu, Marina Gomes da Silva Nunes, redigi a presente ata, na condição de convidada, cujo documento foi lido, aprovado e assinado pelos membros do CIAR presentes à reunião e publicado no site do Iprev-DF.

Assinaturas:



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MENDES RODRIGUES - Matr. 0283130-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 31/12/2023, às 09:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO LIMA LINCOLN - Matr.0046341-8, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 05/01/2024, às 19:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA - Matr.0271291-1, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 15/01/2024, às 21:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FABRICIO DE OLIVEIRA BARROS - Matr.0190673-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 16/01/2024, às 11:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **AMIM MACEDO QUEIROZ - Matr.0174680-4, Membro do Comitê de Análise de Risco suplente**, em 16/01/2024, às 13:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GALVAO RODRIGUES DA SILVA - Matr.0283987-3, Coordenador(a) do Comitê de Análise de Risco**, em 26/01/2024, às 17:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador= 128764517 código CRC= 8B9EDDD3](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=128764517&codigo_crc=8B9EDDD3).

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 09, Torre B, 1º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308200 - DF

Telefone(s):

Sítio - www.iprev.df.gov.br